

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 98ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 98ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Cecília dos Santos, Márcio Martins, Cristiane Lujan, e Cristiani Fuloni. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 88ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam por e-mail a ata da reunião anterior, e se poderia dispensar a leitura, tendo aprovada por todos. Em seguida Angela informou a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV Edifício Residencial - IT Participações Ltda - revisão, EIV de Revenda de gás classe IV - Wilian Cezarini - revisão, EIV Edifício Reserva Bela Vista Emp. Imobiliário, EIV Edifício Três Marias - Pieris Empreendimentos, e outros assuntos. A seguir, com inversão de pauta para outros assuntos, foi apresentada uma denúncia sobre a condições da água do lago, que se apresenta com cor esverdeada, com indicação de proliferação de algas e falta de oxigenação, e até falta da abertura do descarregador de fundo do reservatório da CAP 1, com diminuição da diluição da água, com risco de provocar mortandade de peixes; foi decidido que seja feito ofício aos proprietários a montante do lago, seja Patrícia Matarazzo, Salim e De Lucia, para que procedam a abertura das saídas de fundo para um Q7,10 maior, a fim de melhorar as condições do lago, assim como garantir um maior fornecimento de água para o abastecimento público; também foi decidido para que seja solicitado por ofício ao SAAEB e ao Departamento de Meio Ambiente, para que orientem os proprietários rurais a montante das captações de água, a manterem abertas os descarregadores das represas em suas propriedades, e para que seja apresentada a análise química da água (tratada ou bruta?) com as dosagens de amônia e da série de nitrogênio; por fim foi sugerida uma visita ao lago, e análise com oxímetro, para uma análise prévia; também foi observado que devem ocorrer lançamentos clandestinos de esgoto, ou contaminação cruzada com a rede pluvial. A seguir passou a ser discutido o EIV de Edifício Residencial - IT Participações Ltda para uma revisão final, com a participação de seu representante Ricardo Coelho; na página 112 foi orientado seja trocado a palavra 'interceptor' por 'coletor tronco'; no item 4.4, os quadros nas páginas 96 e 97, estão com uma máscara preta, devendo ser novamente anexados; foi proposto a inclusão na conclusão, da recomendação de substituição da rede de esgoto local em manilha de 6", na área de influência do empreendimento; por fim o EIV apresentado pela IT Participações LTDA foi aprovado com as correções apontadas. A seguir passou a ser discutido o EIV de Revenda de gás classe IV, para uma revisão final, com a participação do autor Willy Cardoso da Costa; foi orientado a incluir na Bibliografia a Norma Técnica da Cetesb P-4261/2011; no item 5.2.4, na página 19, a densidade demográfica dever ser trocada de 'média/alta', para 'média/baixa'; Willy Costa questionou sobre os critérios para a apresentação das anuências de vizinhos, o que foi informado que deverá ser apresentada o mínimo de 50% mais um dos vizinhos localizados num raio de 120 m do empreendimento; o EIV apresentado por Wilian Cezarini foi aprovado com as correções apontadas. A seguir Angela, dentro de outros assuntos, passou a discutir os critérios para elaboração de EIV, que fará sintetizado em um resolução, assunto anteriormente discutido, mas sem aprovação final; Angela esclareceu que o EIV é um instrumento de política urbana, exigência do Estatuto da Cidade, que orienta o planejamento das cidades; esclareceu também que o Plano Diretor Municipal, PDM, contem regulamentação para as permissões de uso do solo,

e que esta lei passou a ter os regramentos próprios de cada município para o parcelamento do solo, da preservação do meio ambiente, todos na área urbana, e alguns regramentos na área rural; Telma citou o Programa Produtor de Água, que consta no PDM, mas não foi implantado ainda; Angela observou que o custo para pagamentos dos serviços ambientais deveria ser integrado com a arrecadação do INCRA, de forma a propiciar a restituição ao proprietário rural que é produtor de água; foi exposto que o EIV é necessário em todas os usos que causam algum impacto, e o profissional habilitado para a elaboração do EIV, deve ter em sua grade curricular disciplinas de estudo ambiental sustentável, ou especializações, sendo atribuição natural do engenheiro ambiental; deve haver também equipe com competência para analisar o EIV apresentado, e para fiscalizar as medidas mitigatórias necessárias para a implantação do empreendimento; o EIV terá três níveis de complexidade, em função da significância do risco da atividade a licenciar; a importância ou significância dos impactos ambientais, em termos de severidade, frequência ou probabilidade, duração e situação do aspecto, serão normal, anormal ou emergencial; foi solicitado a análise para definir o valor de corte, para ser definida a significância do risco; para os usos que caracterizam de risco baixo, foi considerada a resolução 51/2019 do Ministério da Economia, no entanto alguns usos devem ser excluídos, pelo risco social e ambiental que podem representar; ficou por definir o que defini os usos de risco médio e alto; as empresas com atividade de risco baixo não necessitam apresentar o EIV; as atividades de médio risco apresentarão o EIV simplificado ou básico, e as atividades de alto risco apresentarão o EIV completo; a resolução também apresenta quais os aspectos que deverão ser analisados, como saúde, segurança e bem-estar da população, atividades sociais e econômicas, biota, condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, e qualidade dos recursos ambientais; quanto ao Estudo de Viabilidade Econômica, EVE, foi sugerido nos critérios para elaboração do EIV, mas ele já está previsto para parcelamentos do solo no PDM, a fim de se quantificar as obras de mitigação, que pode encarecer o empreendimento, com risco de inviabilizar o mesmo; Angela acrescentou que o cronograma de implantação das medidas mitigadoras deve ser previsto no EIV, a fim de estabelecer a ordem como condição de garantia da implantação do empreendimento; no VRE, Via Rápida Empresa, da Jucesp, o licenciamento de empresas de baixo risco é imediato, mas para atividades de médio e alto risco, o licenciamento passar uma etapa presencial, com a apresentação do EIV, ou de outras exigências como PGRS, plano de gerenciamento de resíduos, ou anuência de vizinhos; Angela considerou inapropriado a apresentação do EVE junto ao EIV, por se exigir a elaboração de projetos para dimensionamento e orçamentos, que normalmente não são feitos nesta etapa de estudo do empreendimento, e por fim foi decidido a não inclusão do EVE; foi destacado que o grupo técnico ou comissão interdisciplinar de análise e aprovação de projetos habitacionais, de loteamentos e empreendimentos de grande porte, constituída pela portaria nº 30.564 de 16/01/2017, deve analisar o EVE, assim como o dimensionamento dos projetos complementares, como garantia da viabilidade técnica e econômica do empreendimento; a seguir foram esclarecidos os critérios de severidade, probabilidade, e de duração do impacto; quanto à classificação da magnitude do aspecto estudado, constante na tabela 1, os critérios de significância são variáveis, e foram sugeridos a situação, a severidade, a frequência/probabilidade, e a duração; e por fim, após a análise dos critérios de magnitude, pode ser concluída a categoria final no aspecto ambiental; ainda foi incluído o anexo 3, com a relação dos usos a licenciar sujeitos a apresentarem EIV; foi solicitado a todos a análise desta resolução, com inclusão de sugestões, que será enviado antes da próxima reunião. A seguir foi informado que houve reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, por videoconferência, no dia 22, por videoconferência, com aprovação dos projetos de tomadores de recursos da compensação e da cobrança pelo uso da água, e alterações no plano de ação de investimento, PAPI; Angela destacou a importância da participação do

100 município no comitê, pois estão disponíveis recursos dos royalties e da cobrança pelo uso
101 da água. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais
102 nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma
103 Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pela presidente do
104 Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia trinta e um do mês de julho do ano de dois
105 mil e vinte.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli

Presidente em Exercício do COMDEMA

Telma Alves Magro

Secretária